

Formação do Operariado Urbano no Nordeste^(*)

Jacob Carlos Lima

Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais

Este trabalho pretende caracterizar a mão de obra urbana-industrial do Nordeste do início do século, mais especificamente nos estados da Paraíba e Pernambuco. O objetivo mais geral é compreender o processo de industrialização da região no período assinalado e a constituição do trabalho assalariado-urbano.

Centra-se na análise dos dados estatísticos fornecidos pelos censos demográficos e industrial da "Directoria Geral de Estatística de 1920". A fonte apresenta a alguns problemas relativos à abrangência dos dados (Mortara apud Spinotol: 1980) mas acredita-se não comprometer de forma significativa os resultados.

A constituição de um operariado urbano no Nordeste esteve vinculada à forma pela qual essa região se inseria no processo de expansão do capitalismo mundial. A fragmentação da economia brasileira no período que vai até 1930, propiciava a ligação direta da produção local com os mercados externos aos quais se destinava. A produção açucareira e algodoeira eram as atividades econômicas principais, sendo que as demais atividades possuíam caráter complementar: serviços, comércio e a indústria nascente (LIMA: 1985).

A indústria do açúcar influenciou de forma decisiva na constituição de um mercado de mão de obra para a indústria urbana. As alterações técnicas introduzidas na produção, em função de necessidades de mercado, provocaram a liberação de parcela considerável de mão de obra que terminou migrando para as cidades. Nas cidades se ocupavam em diversas atividades de subsistência formando um exército industrial de reserva para a indústria.

Pernambuco teve papel destacado no surto industrializante do final do século XIX no Brasil. Nesse momento contava com 07 indústrias têxteis e Recife passava por um processo de expansão urbana. Entre os fatores que favoreceram essa industrialização estavam a abundância de matéria prima, mão de obra farta e barata e mercado consumidor para seus produtos (LIMA: 1985).

^(*)Faz parte de Relatório da pesquisa "Divisão do Trabalho e Mão de Obra no Nordeste" em andamento junto ao NDHIR.

Entre 1890 e 1920 a produção do Recife cresceu 114% passando de 111.556 habitantes para um total de 238.843. Contudo, fica difícil determinar até que ponto a industrialização seria responsável por esse crescimento, ou, mais precisamente, se esse crescimento seria resultante apenas das alterações na agro-indústria agravado pelas secas constantes na região.

Spindel ao analisar a produção do assalariado urbano em São Paulo refere-se ao excedente de mão de obra produzida pela cafeicultura com a entrada maciça de imigrantes estrangeiros, além de suas necessidades reais, que garantiu fluxo abundante de mão de obra para a indústria (SPINDEL: 1980, p. 127-128). Na cidade de São Paulo em 1920 os estrangeiros representavam 35% dos 579.033 habitantes de então.

A imigração estrangeira para o Nordeste não chegou além de algumas tentativas fracassadas (MAIA:1983, p.5). Entre os motivos podemos considerar: a existência de mão de obra nativa suficiente para as necessidades da acumulação; a perda de mercados e queda de preços do açúcar e algodão no mercado internacional ao contrário do dinamismo econômico do centro sul com a cafeicultura, além das características climáticas que não atraíam o imigrante europeu. Também não houve uma política governamental visando estimular a migração estrangeira para a região.

Assim no nascente proletariado nordestino, a população estrangeira foi pouco significativa. Dos 238.843 habitantes do Recife em 1920, 10.287 eram estrangeiros ou seja 4,3% da população. Na cidade da Prahya de 52.601 habitantes, 379 eram estrangeiros, ou seja 0,7%. No geral eles se dedicavam a atividades urbanas, embora não necessariamente como operários. A tabela 1 fornece um painel da participação de estrangeiros segundo as "profissões" no Estado de PE. Essa categoria é ampla demais e não especifica se os indivíduos estavam em atividade, a função exercida, enfim o papel que ocupavam no processo produtivo.

Cerca de 40,7% de estrangeiros estavam em "Atividades diversas", "mal definidas" ou "não declaradas". O restante aparecia em categorias diversas. Pode-se fazer uma comparação do número de estrangeiros frente aos trabalhadores nacionais: apenas em dois ramos de atividades a participação de estrangeiros superava 10% do total: "transportes marítimos e fluviais" com 14,9% e os religiosos com 32,3%. É interessante verificar que 31% da população total recenseada se encontravam nas categorias "não definidas" ou "não declaradas" (não foram incluídos os menores de 14 anos) o que permite supor que um terço da população do estado dedicava-se a outros expedientes para a subsistência. Quanto à participação estrangeira nos transportes marítimos refletia o controle, inglês principalmente, nesse ramo de atividades no período estudado (HARDMAN e LEONARDI:1982, p. 55).

População do Estado de Pernambuco segundo as profissões e nacionalidade

	NACIONAIS	%	ESTRANGEIROS	%	TOTAL
Agricultores	460.539	21,5	1.579	13,5	462.118
Transportes Terrestres e Aéreos	7.297	0,3	65	0,6	7.362
Transportes Marítimos e Fluviais	5.846	0,27	1.026	8,8	6.872
Correios Telégrafos e Telefone	647	0,03	52	0,4	699
Comércio	26.249	1,2	2.266	19,3	28.515
Bancos, Câmbio, Seguros e Comissões	359	0,02	32	0,3	391
Indústrias					
Têxteis	4.970	0,23	11	0,1	4.981
Metalurgia	4.322	0,2	212	1,8	4.534
Alimentação	5.176	0,24	100	0,9	5.276
Vestuário e tocador	29.485	1,4	276	2,4	29.761
Edificações	15.156	0,71	302	2,6	15.458
Outros	10.089	0,5	211	1,8	10.300
Profissões liberais					
Religiosos	450	0,02	215	1,8	665
Magistério	2.133	0,1	112	1,0	2.245
Ciências, Letras e Artes	3.370	0,16	321	2,7	3.691
Serviços domésticos	24.356	1,14	150	1,3	24.506
Diversos	24.234	1,13	295	2,5	24.506
Não definidas	26.758	1,25	1.644	14,0	28.402
Não declaradas	1.490.831	69,6	2.829	24,2	1.493.660
TOTAL	2.142.267	100,0	11.698	100,0	2.153.965

FONTE: Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro. Typ. Estatística. 1927.

Quanto aos trabalhadores fabris o censo demográfico especificava a nacionalidade, mas ficava a nível de categorias gerais sem detalhar ocupação e função. Sabe-se que no surto industrializante desse período aqui no Nordeste, a mão de obra estrangeira teve participação destacada enquanto trabalho qualificado, normalmente contratada junto com a importação de máquinas, objetivando a sua manutenção, e também para treinamento da força de trabalho nos ramos industriais onde a utilização de maquinaria era relevante. Isso foi significativo na indústria têxtil, porém já no início do século esses trabalhadores foram substituídos, devido seu custo aumentar com as desvalorizações da moeda frente a libra inglesa, e também por terem se formado, em número suficiente, operários com a perícia técnica necessária para manusear fusos e teares (STEIN:1979, p.65). Outro ramo importante na utilização dessa mão de obra foram as ferrovias, mas os dados disponíveis não nos permitem fazer inferências.

Na Paraíba, dos 602 estrangeiros existentes em 1920, 37% se dedicavam ao comércio e os demais se dividiam em diversas atividades, mas sempre em número pouco significativo.

Ao contrário de São Paulo, o imigrante estrangeiro não foi um componente fundamental na formação de um mercado de mão de obra no surgimento de uma economia urbano-industrial no Nordeste. Esse mercado foi formado basicamente a partir das alterações na agro-indústria canavieira com a migração de trabalhadores rurais para as cidades.

Nesse período as indústrias têxteis e alimentícias se destacavam em termos nacionais pela quantidade de unidades fabris, grau de mecanização e número de operários além da importância econômica que possuíam. Segundo Simonsen, o setor têxtil "concentrava 60% do capital aplicado na indústria, o restante pertencendo à indústria de alimentação (15%); de produtos químicos e análogos (10%); industriais de madeiras (4%); vestuários e objetos de tocador (3,5%) e metalurgia com apenas 3% (HARDMAN e LEONARDI: 1982, p. 111).

O operariado era recrutado nas camadas mais pobres da população urbana sendo que nas fábricas de tecidos o número de homens era menor comparativamente às mulheres e crianças utilizadas com salários mais baixos (HARDMAN e LEONARDI: 1982, p. 116).

A tabela 2 mostra a composição do operariado urbano segundo sexo e idade nos ramos têxtil e de alimentação no Brasil, Pernambuco e Paraíba e também por categoria profissional.

Nos grupos de indústrias fazem parte também oficinas com produção artesanal sendo que nos operários jornaleiros estão incluídos tanto os trabalhadores desses estabelecimentos com os operários fabris.

As categorias profissionais permitem fazer considerações gerais ao grau de burocratização da produção industrial no período com inferências acerca da "racionalidade" da produção, através da relação existente entre o número de operários e não operários.

PESSOAL EMPREGADO NOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS
SEGUNDO CATEGORIA PROFISSIONAL, SEXO E IDADE DOS
OPERÁRIOS.

POR GRUPOS DE INDÚSTRIAS	TOTAL			PROPRIETÁRIOS E MEMBROS DA FIRMA COMERCIAL						ADMINISTRADORES, ENGENHEIROS E EMPREGADOS TÉCNICOS						ESCRITURÁRIOS ESTENOGRAFOS, VENDEDORES E OUTROS NÃO-JORNALEREIROS						OPERÁRIOS JORNALEREIROS						
				T		H		M		T		H		M		T		H		M		T		H		M		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	
PERNAMBUCO																												
TEXTEIS	8037	4313	3724	95	93	2	110	110	-	217	217	-	217	217	-	6810	3511	3299	805	382	423	7615	3893	3722				
ALIMENTAÇÃO	3413	1893	1520	166	164	2	76	76	-	208	207	1	2834	1366	1468	129	80	49	2963	1446	1517							
PARAIBA																												
TEXTEIS	2098	1559	539	183	179	4	70	70	-	27	27	-	1713	1218	495	105	65	40	1818	1283	535							
ALIMENTAÇÃO	534	256	278	53	53	-	19	19	-	42	42	-	393	128	265	27	14	13	420	142	278							
BRASIL																												
TEXTEIS	117765	59850	57915	1498	1441	57	1598	1553	45	2474	2367	107	10244	49384	52760	10051	5105	4946	42195	54490	57706							
ALIMENTAÇÃO	64073	48786	15287	5604	5443	161	1784	1784	21	4814	4736	78	47676	33935	13741	4195	2909	1286	51871	36844	15207							

FONTE: Brasil - Censo Industrial 1920.

Na indústria têxtil pernambucana, nesse momento, agrupando-se administradores, engenheiros, técnicos e outros trabalhadores administrativos a proporção é de 1 para 23,2 operários da produção. Essa proporção diminui para 1 por 18,1 considerando-se que os proprietários arrolados participavam diretamente da administração dado o caráter familiar de parte das empresas. Em termos percentuais os operários jomaleiros constituíam 94,7% da mão de obra utilizada e o pessoal técnico-administrativo, (incluindo proprietários) os 5,3% restantes.

Na indústria alimentícia a relação proprietários-administração e operários é da ordem de 1 por 6,3, os operários constituindo 86,8% do pessoal empregado. Da mesma forma que no setor têxtil os "estabelecimentos industriais" arrolados no censo incluem um sem número de pequenos negócios de caráter artesanal.

No estado da Paraíba, com um grau menor de industrialização, a proporção, no setor têxtil, entre operários e não operários era de 6,5 por 1, os primeiros representando 86,7% do pessoal empregado. No setor alimentício esse número diminuía: 3,7 operário por 1 em atividades não ligadas diretamente a produção.

A nível nacional no setor têxtil a proporção era de 20,1 operários por 1 não operário, compondo 95,3% do total de empregados, o que se aproximava da média existente em Pernambuco. No setor de alimentos a proporção era de: 4,3 por 1, os operários constituindo 81% do total. Nos demais setores industriais de Paraíba e Pernambuco a porcentagem de operários no processo produtivo se mantinha, com 84% e 91% respectivamente. Esses números refletem por um lado o baixo grau de mecanização das indústrias da época, a inexistência de controles "racionalis" da mão de obra, o que equivaleria dizer, talvez, a existência de um maior controle do processo de trabalho pelo operário com uma baixa burocratização desse processo. Essa característica da indústria nordestina irá perdurar mesmo após 1930, onde no início da década de 60 um prognóstico da SUDENE, levantava entre as causas da estagnação da indústria regional a falta de organização racional da produção (LIMA: 1985).

A participação de mulheres e crianças foi importante na indústria têxtil e de alimentos. Na têxtil em Pernambuco, as mulheres representavam 48,9% da mão de obra utilizada e os menores de 14 anos (de ambos os sexos) 10,6%. Somadas, essa participação equivalia a 53,9%. Na alimentícia, as mulheres constituíam 51,2% e os menores 4,4% num total de 53,9%, tal qual na têxtil.

Na Paraíba a participação é menor dada a própria dimensão da industrialização local. Até 1930 a Paraíba possuía 5 indústrias têxteis. As mulheres representam 29,4% e as crianças 5,8% num total de 33%. Na indústria alimentícia a porcentagem era de 66,2% e 6,4% respectivamente correspondendo a 69,5% da mão de obra utilizada.

A média nacional era de 51,4% a participação feminina e 9% de menores,

perfazendo 56% dos operários do setor têxtil e 29,3% e 8,1% num total de 34,8% no setor alimentício. Pernambuco se aproximava da média nacional no setor têxtil. No de alimentos tanto Paraíba quanto Pernambuco apresentava um percentual acima da média o que pode ser atribuído à manutenção de formas tradicionais de produção em pequenas unidades familiares e a lenta transformação para formas capitalistas de produção.

Até agora nos limitamos a dois setores industriais. Se generalizarmos para os outros setores arrolados pelo censo industrial a situação se altera em função da amplitude do conceito de "estabelecimento fabril". Assim no setor têxtil as mulheres representavam 29% (PB) e 38,1% (PE) e os menores 5,1% (PB) e 43,2% (PE).

Nesse momento não existiam leis federais que regulamentassem o trabalho feminino e do menor. Apenas o decreto 1313/91, de 17 de janeiro de 1891, "destinado a vigorar somente no Distrito Federal", estabelecia a idade limite de 12 anos para a admissão de menores no trabalho industrial, permitindo porém a título de "aprendizagem, nas fábricas de tecidos, a admissão a partir dos 8 anos de idade". Esse decreto é o único em termos federais até a década de 20 sendo que no Estado de São Paulo o decreto nº 233 de 2 de março de 1890 estabelecia o código sanitário do estado e limitava a jornada de trabalho em 12 horas para os operários fabris, proibia o trabalho noturno além das 9 horas para meninos de menos de 15 anos e mulheres com menos de 21 (MOURA:1982, p. 61-69).

A nível federal não se encontra, até 1920, referências ao trabalho feminino.

Stein refere-se à justificativa dada pelo empresariado na utilização de mulheres e menores como uma forma de aproveitar melhor o tempo de forma útil e mais vantajosa, pressupondo a vagabundagem como inerente à população pobre (STEIN: 1979, p.66). Os interesses do capital dessa forma beneficiariam essa camada da população. A realidade porém era outra. A utilização majoritária de mulheres e crianças que caracterizou os passos iniciais da indústria, permitia o rebaixamento dos salários num momento em que a acumulação se dava com a incorporação de mais trabalho e estava em formação o exército industrial de reserva. Posteriormente, com sua constituição essa participação diminui, se concentrando em atividades consideradas mais desqualificadas (PENA: 1981, p.124).

A forma como as empresas se organizavam em termos individuais, familiares, em grupo, sociedades anônimas, etc, indica, além da concentração de capital, a dimensão das unidades produtivas caracterizando a industrialização local e suas implicações na composição de operariado naquele momento.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS REENSEADOS

ESTADOS	Total Geral	NÚMERO DE EMPRESAS									
		PARTICULARES E SOCIEDADES DE PESSOAS					SOCIEDADE DE CAPITAL E MISTAS				
		Total	Firmas Indiv.	Socied. em nome Coletivo	Socied. em Comandita Simples	Outras	Total	S.A.	Socied. em Comandita Ações	Outras	
Paraíba	251	197	44	5	1	4	1	2	1	1	
Pernambuco	442	284	130	11	—	17	12	5	—	—	

FONTE: Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria de Estatística Recenseamento do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1927, vol. V (1ª parte). p. 8.

TABELA 4

ESTABELECIMENTOS FABRIS SEGUNDO O NÚMERO DE OPERÁRIOS E A NATUREZA DAS INDÚSTRIAS

ESTADOS	Nº DE ESTAB. IND. REC.	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS ONDE TRABALHAM						PORCENTAGEM DO ESTAB. ONDE TRABALHAM	
		ATÉ 4*	5 a 19*	20 a 49*	50 a 99*	100 e + *	ATÉ 4*	20 e + *	
Paraíba	251	71	164	7	5	4	28,3	6,4	
Pernambuco	442	156	187	53	17	29	35,3	22,4	

FONTE: Brasil. Censo Industrial.

*Número de operários.

Nesse período predominavam as firmas individuais sobre as demais categorias. Normalmente as sociedades de capital eram as de dimensões maiores como as têxteis e outras como moinhos, indústrias de cimento, etc, embora não necessariamente. As demais podemos considerar empresas familiares. Na Paraíba as firmas individuais equivaliam a 78,5% e Pernambuco 64,3%. As sociedades em nome coletivo não descaracterizavam o empreendimento familiar. Em ambos os estados considerando essas duas categorias juntas formavam respectivamente 96% (PB) e 93,7% (PE). Ressalte-se que as sociedades anônimas geralmente ficavam sob controle de grupos familiares.

A tabela 4 fornece a dimensão dos estabelecimentos com o número de operários. Na Paraíba 94% “das indústrias” empregavam até 20 operários sendo que 65,3% empregavam de 5 a 10. Apenas 4 estabelecimentos ultrapassavam uma centena o que representava 1,6% do total. Em Pernambuco 77,6% empregavam até 20 operários sendo que desse número 35,3% utilizavam até 4 operários e 42% empregava de 5 a 19; 15,8% entre 50 e 99; e 29 mais de 100 operários num total de 6,6%.

No Brasil a média de operários por fábrica nesse período era 21, sendo 93 no setor têxtil, 28 no setor madeireiro e as demais na faixa entre 10 e 18 trabalhadores. Essa média não pode ser considerada adequada, pois no início do século as atividades industriais começaram a se concentrar em São Paulo e no antigo Distrito Federal. Nos demais estados a expansão industrial foi menor e em alguns não existiu simplesmente.

Em Pernambuco a média de operários na indústria têxtil era 80, num total de 7.615 em 1920 divididos em 95 estabelecimentos.

Os outros ramos que ocupavam mais força de trabalho eram os seguintes: couro, 54, metalurgia, 44; mobiliário, 35, produtos químicos, 29; alimentação, 27; e outros entre 12 e 21. Lembrando sempre que estabelecimentos não correspondiam necessariamente a unidade fabril.

Embora nos falte indicadores precisos sobre a reprodução da força de trabalho, sabe-se que o preço extremamente baixo dos salários nos inícios da industrialização não atraía trabalhadores para as fábricas, pelo menos não de forma constante. Mesmo depois com a criação de um exército industrial de reserva as fábricas tinham problemas com a mão de obra, dada a resistência às condições de trabalho oferecidas. Esses problemas não se referiam a falta de trabalhadores mas sim a ausência da disciplina exigida pelo trabalho fabril.

A inexistência de qualquer legislação que regulasse as relações capital-trabalho acarretavam uma superexploração da FT e sua “queima” dada a abundância de oferta. Não se pode afirmar que o problema da reprodução da FT constituísse uma ameaça para a própria reprodução do capital. Contudo a ausência de uma mão de obra mais disciplinada e qualificada fez com que alguns ramos industriais se preocupassem com a sua manutenção e controle.

As vilas operárias e os serviços sociais oferecidos por algumas indústrias têxteis no período podem ser assim explicados. A extração da mais valia presunha baixa taxa de salários o que exigia mecanismos de retenção de trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA

- HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo, Global, 1982.
- LIMA, Jacob C. *Indústria e Trabalho no Nordeste-Paraíba-Pernambuco – 1889-1930. Considerações iniciais*. João Pessoa, UFPb-NDIHR, 1985 (mimeo.)
- MAIA, Nayala F. *Colônia Agrícola Industrial e Orfanológica Isabel – 1974-1904. Um Estudo de Caso*. Tese de Mestrado em História, UFPe, Recife, 1983.
- MOURA, Esmeralda B. B. *Mulheres e menores no Trabalho Industrial. Os fatores Sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- PENA, Maria Valéria J. *Mulheres e Trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- SPINDEL, Cheywa R. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- STEIN, S. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil – 1850/1950*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.